


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000872-73.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Henrique Bastos da Silva**
 Requerido: **Adidas do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um par de tênis fabricado pela ré, mas depois de alguns meses sua sola descolou.

Alegou ainda que a ré não resolveu a pendência, de sorte que almeja a restituição do valor que pagou por ele.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

O problema detectado pela autora ocorreu em outubro/2016 e já no mês seguinte deu entrada com procedimento do PROCON para resolver a questão, o que não teve vez, sendo que a ação foi ajuizada no mês de janeiro seguinte, de sorte que não se cogita da decadência de seu direito.

Sobre o tema, aliás, o prazo para a reclamação começa a fluir com a verificação do vício e não desde o fornecimento do produto, até porque enquanto ele funcione normalmente seria descabida a oferta de irrisignação.

Por outro lado, há a identificação inequívoca da nota fiscal referente a aquisição do produto, conforme se depreende do documento de fl. 08.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) atestam que tal situação é inusual, especialmente para produtos como o trazido à colação (registro que o seu preço era de quase R\$ 1.000,00, elevado, portanto).

As fotografias de fls. 12/13 demonstram com exatidão o descolamento da sola do calçado e elas nem momento algum foram impugnadas pela ré, se sorte que transparece claro por isso o vício do produto em sua fabricação, não se desincumbindo a ré do ônus de afastar os vícios constatados no produto adquirido pela autora

O quadro delineado torna aplicável ao caso o art. 18, § 1º, incs. I e II, do CDC, devendo a ré arcar com as consequências pleiteadas pela autora.

Por fim, ressalvo que a autora em momento algum postulou o recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais, de sorte que deixam de ser analisadas as considerações expendidas pela ré em contestação quanto ao assunto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 799,99, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2015 (época do desembolso de fl. 08), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo *in albis*, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de maio de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**